

NOTA DE ABERTURA

A Crise e o Orçamento Suplementar

1. Os números já conhecidos para o 1º trimestre deste ano — período em que os sinais da crise “COVID 19” apenas se fizeram sentir na parte final do mesmo — permitem antecipar, com alguma segurança, que 2020 irá registar a maior queda da economia europeia desde, pelo menos, a Grande Depressão de 29-30 do século passado.

Isso mesmo começa, finalmente, a ser assumido pelas principais instâncias internacionais (C. Europeia, BCE, OCDE e FMI) que colocam já a contracção do PIB em 2020 a poder atingir dois dígitos. Por outro lado, embora persista algum optimismo quanto ao ritmo da recuperação em 2021 e 2022 (a célebre retoma em “V” mesmo que assimétrica), o BCE veio alertar que, muito provavelmente, serão precisos pelo menos 3 anos para que os valores anteriores à crise sejam repostos considerando que a retoma será um processo relativamente lento.

O essencial que importa acautelar é que, a par da disponibilização dos indispensáveis apoios públicos à retoma da economia, seja evitado que a crise evolua para uma crise financeira cujo efeito assimétrico seria especialmente gravoso para alguns países, como é o caso do nosso. A actuação determinada e atempada do BCE são, de momento, a maior garantia de que tal possa não suceder.

2. Em Portugal, os números já conhecidos do 1º trimestre deste ano não são particularmente encorajadores, sobretudo, quando analisados em termos de evolução em cadeia e comparados com o trimestre anterior. Se relativamente ao período homólogo de 2019 a queda foi de -2.3%, inferior em 0.2 p.p. à do conjunto da U.E. (e 0.7 p.p. relativamente à “zona euro”), face ao último trimestre de 2019 a queda sobe para -3.8%, acima dos -3.2% da U.E.(27) e dos -3.6% da “zona euro”. Pior do que Portugal, em ambos os critérios comparativos, apenas estão a França, a Itália e a Espanha, que foram, também, até ao momento os países mais atingidos pela pandemia na U.E..

Em Portugal os números mostram que, para além do efeito do confinamento (o “estado de emergência” foi decretado apenas a 18 de Março), são igualmente visíveis sinais de desaceleração que se manifestam desde o início do ano, nomeadamente ao nível da procura externa.

As previsões apresentadas pelo Governo para 2020 no PEES surgem, neste contexto, como sendo particularmente optimistas, com uma queda do PIB de -6.9% que nenhuma outra instância nacional ou internacional acompanha, sendo manifesto o propósito de posicionar o nosso país um pouco melhor que a média da U.E. de acordo com o cenário apresentado pela Comissão Europeia (que coloca, aliás, Portugal com uma queda do PIB acima da média). São, particularmente, pouco realistas as previsões para a queda das exportações (-15.4%) e para o consumo privado (-4.3%).

Se em relação às exportações a actuação do Governo pouco pode fazer para evitar uma queda que, provavelmente, atingirá um valor acima de 25% em relação a 2019, já no que se refere à procura interna e, em especial, ao investimento, em que a queda prevista pelo Governo é de -12.2%, é possível atenuar a dimensão da queda. Seja, por efeito do investimento público, que embora crescendo na previsão do Governo poderia crescer bastante mais, seja ao nível do investimento privado, através de instrumentos públicos de apoio e de concessão de crédito bancário, desde que o mesmo seja acessível às nossas PME.

Da parte da banca não existe qualquer problema de falta de liquidez devido às políticas expansionistas de crédito concedido pelo BCE ao sistema bancário e só uma política conservadora na avaliação do risco de crédito pode obstar a que se registre um aumento substancial deste no 2º semestre deste ano, mesmo sabendo que na situação actual haverá empresas a adiar projectos de investimento de médio prazo.

No que se refere ao investimento público nenhuma razão de ordem financeira ou orçamental existe para que os valores não possam ser reforçados. O aumento previsto em relação a 2019 no Orçamento Suplementar (24.6%) ainda se afigura insuficiente face aos valores dos últimos anos, representando apenas 2.5% do PIB previsto para este ano. Mas, sejamos claros, a maior entropia a uma aceleração do investimento público este ano é de ordem funcional e prende-se com uma Administração Pública com défices de capacidade concretizadora e com um sistema de contratação pública burocratizado e inoperante. A crise do COVID 19 só agravou estas ineficiências tornando mais uma vez problemático que a execução orçamental consiga cumprir o previsto em matéria de investimento público.

3. Em matéria de contas públicas o Orçamento Suplementar prevê um défice para este ano de -6.3% (não existindo qualquer previsão do Governo em relação ao valor do saldo orçamental em 2021), ou seja, um valor da despesa total superior em 12.5 mil milhões de euros ao da receita esperada.

É um número que, embora elevado, no actual contexto, não se pode considerar muito preocupante sendo de alguma forma inevitável. Beneficia do efeito positivo do excedente registado em 2019 e a principal variável crítica que deve ser monitorada é a que se prende com os juros da dívida que, a manter-se a actual política do BCE, parece estar controlada.

Neste momento a taxa de juro a 10 anos está abaixo dos valores registados no início da crise (meados de Março), sendo inferior a 0.5% e a previsão do Governo vai mesmo no sentido de que a taxa de juro implícita na dívida possa cair 0.1 p.p. em 2020 fixando-se nos 2.5%, em resultado das amortizações de dívida com taxas de juro mais elevadas.

O O.E. suplementar aponta, assim, para que os juros a pagar em 2020 se reduzam para 2.8% do PIB (-0.2 p.p. em relação a 2019) ou seja, uma contração de 6.4 mil milhões em 2019 para 6.1 mil milhões em 2020.

Segundo refere o CFP dois terços da revisão — em cerca de 13 mil milhões — prevista para o saldo orçamental é explicada pela deterioração do cenário macroeconómico, ou seja é inerente à acção dos estabilizadores automáticos que actuam sobre o saldo primário o qual registará o primeiro saldo negativo dos últimos 5 anos com -3.2% (compara com os 3.2% positivos de 2019) e que resulta de alguma quebra na receita fiscal e nas contribuições e do aumento mais expressivo da despesa (+6.9 p.p. do PIB). Apesar disso, a previsão do Governo é a de que a receita caia abaixo do valor do PIB (aumenta, por isso, em 0.5 p.p. o seu peso neste).

Neste contexto, as necessidades brutas de financiamento do Estado deverão aumentar 5.8 mil milhões de euros em 2020, (fixando-os em 55 mil milhões), abaixo do valor previsto para o défice do O.E. embora este constitua o principal destinatário deste financiamento adicional. As emissões líquidas de O.T. deverão atingir em 2020 os 21.4 mil milhões de euros.

Não sendo possível com a informação disponível determinar com rigor qual o impacto orçamental directo das medidas para combater a crise, o Governo avança com um impacto orçamental do PEES de apenas 1.6 mil milhões, considerando que outros 1.1 mil milhões serão financiados por fundos europeus. Já a UTAO estima em 3.1 mil milhões de euros o custo das mesmas (valor ligeiramente acima 1.5% do PIB), número que fica abaixo dos montantes públicos que se conhecem para outros países e o CFP aponta para um impacto orçamental directo daquelas medidas no saldo de 3.4 mil milhões (1.7% do PIB).

Finalmente, em matéria de dívida pública a previsão do Governo aponta para um aumento da mesma de 16.7 p.p. em percentagem do PIB, fixando a dívida pública no final de 2020 em 134.4% (valor que será seguramente superior se a queda do PIB nominal fôr superior ao previsto), o que coloca uma pressão adicional, nos próximos anos, para a redução da mesma. Como no passado, o crescimento económico é a variável determinante e alguma inflação, também, facilitaria esta contracção.

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. As últimas projeções do Fundo Monetário Internacional, de abril, incorporam já os efeitos da crise económica global associada ao Covid19, mas são enquadradas pelo elevado risco das projeções virem a ser revistas em baixa, caso a pandemia do Covi19 vier a revelar-se mais persistente no tempo. Com essa ressalva, nestas últimas projeções e por comparação com as de janeiro, o FMI reviu em baixa as previsões para a evolução do PIB, projetando um recuo de -3% para o PIB mundial em 2020 (revisão em baixa de -6.3 pontos percentuais – p.p.) e uma recuperação em 2021, com um crescimento de 5,8% (revisão em alta de 2.4 p.p.).

Para as economias avançadas foi previsto um decréscimo no PIB de -6,1% em 2020 e uma recuperação em 2021 de 4,5%, assinalando-se a quebra de 5,9% para o PIB dos EUA (recuperação de 4,7% em 2021) e a quebra de 6,5% para o PIB do Reino Unido (e recuperação de 4% em 2021).

Para o PIB da Zona Euro o FMI perspetivou uma redução de -7,5% no corrente ano e uma recuperação de 4,7% em 2021, destacando-se em particular a quebra de -7% no PIB alemão (e recuperação de 5,2% em 2021), de -8% no PIB espanhol (e recuperação de 4,3% em 2021), de -7,2% no PIB francês (com recuperação de 4,5% no ano seguinte) e de -9,1% no PIB italiano (com recuperação de 4,8% em 2021). Para a China foram projetados um modesto aumento no PIB de 1,2% em 2020 (revisão em baixa de 4.8 p.p.) e um crescimento de 9,2% em 2021.

As projeções do Banco Central Europeu (BCE), apresentadas em junho, perspetivam uma queda mais acentuada nas economias, prevendo uma queda de -4% no PIB mundial (excluindo a zona Euro) no corrente ano e uma recuperação de 6% em 2021 e uma queda de -8,7% no PIB da Zona Euro, com recuperação de 5,2% em 2021. Atendendo às perturbações logísticas e ao encerramento de fronteiras ocorrido, são previstas quebras no comércio internacional ainda mais acentuadas que no PIB, pelo que é projetada pelo BCE uma quebra de 15,1% na procura externa da área do Euro.

2. No primeiro trimestre de 2020, a refletir já a contração económica associada aos efeitos da pandemia do Covid19, a variação homóloga do PIB foi de -3,2% na UE27, e de -3,6%, na zona Euro (compara com 1,2% e 1%, respetivamente, no 4º trimestre de 2019 e, face ao crescimento observado um ano antes, de -3,7 p.p. na UE27, e -4,1 p.p., na zona Euro). No mercado de trabalho, no primeiro trimestre o crescimento do emprego abrandou para +0,4% na UE e na Zona Euro (compara com +0,4% no trimestre homólogo em ambos os grupos de países e com +1% na UE27 e +1,1% na Zona Euro, no último trimestre de 2019) refletindo o início da crise económica, apesar de, até março, não evidenciar ainda um agravamento do desemprego. Com efeito, tanto na UE, como na Zona Euro, o número de desempregados foi diminuindo até março, tendo a partir de abril iniciado a fase crescente. Em maio de 2020 a taxa de desemprego ascendeu a 6,7% na UE (superior à dos meses anteriores, mas coincidente com a de maio de 2019) e a da Zona Euro foi de 7,4% (superior à dos meses anteriores, mas 0,2 p.p abaixo da de maio de 2019). A inflação anual segue uma trajetória descendente desde fevereiro de 2020, tanto na UE como na Zona Euro, tendo ascendido, em maio, a 0,6% e a 0,1% respetivamente (comparam com 0,7% e 0,3% em abril de 2020 e com 1,6% e 1,2% no mês homólogo). A inflação mais elevada da UE registou-se na Polónia com uma inflação anual de 3,4% e a mais baixa, negativa, foi de -1,6% no Luxemburgo.

3. Para o conjunto do ano de 2020, as projeções divulgadas em junho do corrente ano pelo BCE, realizadas com a informação disponível até 18 de maio de 2020, apresentam uma estimativa de -8,7% para a contração do PIB na Zona Euro, a para uma descida no emprego de -2,8% e de uma subida na taxa de desemprego para 9,8%. A estimativa da contração do PIB é resultado dos acentuados decréscimos estimados para o Consumo privado, de -7,8% e para a Formação bruta de capital fixo (investimento), de -15,5%, a par da estimativa de um crescimento de 2,5% no consumo público. As projeções para o comércio internacional estimam decréscimos de -13,6% nas exportações e de -12% nas importações. É estimada uma inflação de 0,3%. É projetado um défice orçamental estrutural correspondente a -2,4% do PIB (-0,9% do PIB em 2019) e um aumento para a dívida bruta das Administrações Públicas da Zona Euro para cerca de 101,3% do PIB (face a 84,1% do PIB em 2019).

As projeções partem de pressupostos técnicos de descidas relevantes no preço do petróleo e no preço das ações, de uma taxa de câmbio efetiva do euro mais forte e de taxas de juro de longo prazo mais elevadas. O pressuposto para a variação em 2020 do preço das matérias primas não energéticas é de um decréscimo de -2,5%, e para o preço do petróleo de quase -44%. Para a Euribor a 3 anos o pressuposto é de que se manterá nos -0,4%. Para a taxa de câmbio USD/Euro o pressuposto técnico é de 1,09.

Evolução mensal do preço do Petróleo



II - ECONOMIA PORTUGUESA

Produto, Procura Interna e Procura Externa

Conforme o que referimos há três meses atrás, não é com surpresa que assistimos entretanto no passado mês à revisão em baixa das previsões para o cenário macroeconómico português em 2020. Agora já com diversos indicadores quantitativos disponíveis, referentes aos meses de maiores quebras na economia, em resultado do confinamento obrigatório de pessoas e de um vasto conjunto de atividades económicas, divulgam-se melhores aproximações à magnitude da queda da procura e da produção de bens e serviços.

No que se refere ao primeiro trimestre do ano, os indicadores das Contas Nacionais e do Mercado de Trabalho evidenciaram logo os efeitos do contexto da pandemia na economia, surtidos sobretudo na segunda quinzena de março, e traduzidos nos decréscimos homólogos de -2,3% no PIB, de -0,3% no emprego e no crescimento homólogo de 3% no desemprego registado em março, no IEFP.

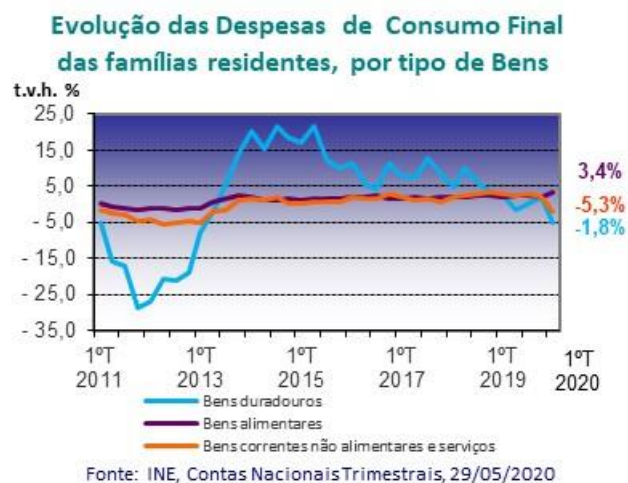
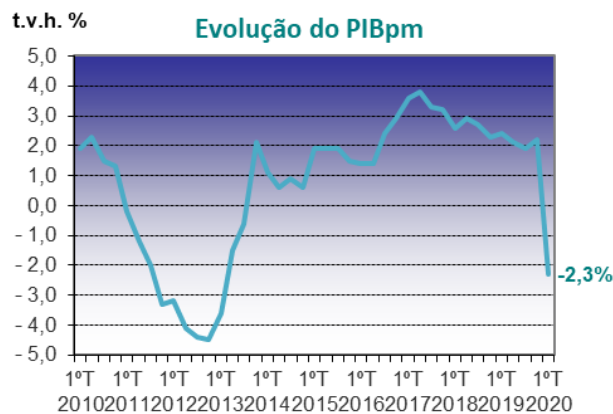
A redução em 2,3% no PIB resultou do contributo de -1,3 pontos percentuais (p.p.) da procura externa líquida e de -1,1 p.p. da procura interna.

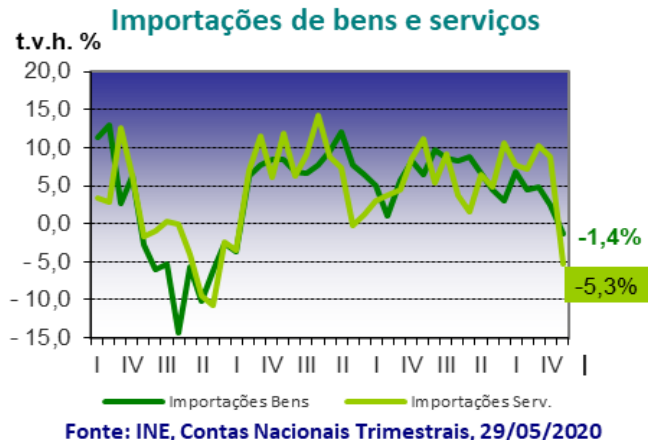
A queda de 1,1% na procura interna resultou de uma redução homóloga de 1% no consumo privado, dum descida de 2,5% no investimento e de uma desaceleração no crescimento do consumo público para +0,5%.

É ainda de assinalar que do lado do consumo das famílias, com uma quebra de 1,1% (face a +2,6% e +2% no 1º e último trimestres de 2019), o comportamento foi diverso por tipo de consumo, com uma descida abrupta de -5,3% nos bens duradouros (face a +2,6% e +2,1% no 1º e 4º trimestres, respetivamente), em grande medida resultante da quebra na venda de automóveis, uma redução de -1,8% no consumo de bens correntes não alimentares e serviços (face a +2,7% e +2% no 1º e 4º trimestres de 2019), a par de um reforço no crescimento do consumo de bens alimentares para 3,5% (compara com +1,9% e 1,8% no 1º e 4º trimestres de 2019), reflexo de um comportamento de algum armazenamento por parte das famílias, sobretudo no mês de março, perante o cenário de confinamento com se confrontaram.

Do lado do investimento, a sua redução homóloga resultou não só da contração da formação bruta de capital fixo, como também do contributo negativo das existências, de -0,4 p.p.. Destacou-se em particular a quebra de -6,9% na FBCF de Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento, a acentuada desaceleração no crescimento da FBCF em Construção, para +2,6% (face a +12,3% e +6,1% no 1º e 4º trimestres de 2019), e a variação de -0,2% na FBCF dos Produtos de propriedade intelectual (face aos aumentos de +7,9% e de 3,5% no 1º e 4º trimestres de 2019).

Do lado da procura externa líquida de bens e serviços assinala-se a diminuição de 4,9% nas exportações, face ao 1º trimestre de 2019, e a redução de 2% nas importações.





Em ambos os sentidos dos fluxos, e em grande parte resultante da queda imediata do turismo, foram mais acentuados os decréscimos nos serviços (-9,6% nas exportações de serviços e -5,3% nas importações de serviços), face aos decréscimos dos fluxos de bens (-2,7% nas exportações de bens e -1,4% nas importações de bens).

Ao nível dos termos de troca no primeiro trimestre do ano, com o deflador das exportações a aumentar 0,3% e o deflador das importações a reduzir-se -0,1%, voltou a observar-se um ligeiro ganho, de 0,4%, embora abaixo tanto do último trimestre de 2019 (0,5%), como do observado no trimestre homólogo (de 0,9%).

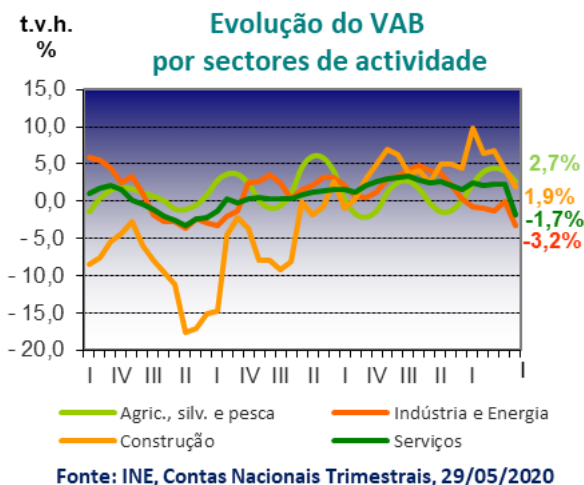
O Saldo Externo de Bens e Serviços voltou a ser deficitário, correspondendo a -1% do PIB, comparando com 0,6% do PIB no último trimestre do passado ano e com 0,1% do PIB no trimestre homólogo.

Nos meses mais recentes, a contração da economia foi ainda mais acentuada, com os índices de confiança dos consumidores e dos empresários dos diversos sectores a atingirem os mínimos históricos da maioria das séries estatísticas, em abril e em maio, e conforme ilustram as quebras dos vários indicadores sectoriais disponíveis. Os dados mais recentes do comércio internacional de bens, evidenciam também a magnitude da quebra na procura externa líquida. Segundo o INE, no trimestre terminado em maio de 2020, as exportações e as importações de bens diminuíram respetivamente 30,8% e 30,6% face ao trimestre terminado em maio de 2019 (-17,7% e -16,7%, pela mesma ordem, no trimestre terminado em abril de 2020).

Sectores de Atividade

Em termos sectoriais no primeiro trimestre do corrente ano assistiu-se a uma quebra na atividade industrial, e na maior parte as atividades dos Serviços, a par de um abrandamento na produção das atividades agrícolas e piscatórias e a uma desaceleração no crescimento do setor da Construção, tendências que se acentuaram particularmente no mês de março, quando os efeitos da contração económica associada à pandemia começaram a evidenciar-se. Com efeito, o VAB da **Indústria e energia** sofreu um decréscimo homólogo de 3,2% (compara com uma estagnação no 4º trimestre de 2019 e com -0,7% no 1º trimestre desse ano), a par de um decréscimo de 3,8% no índice de volume de negócios da indústria.

A descida de 1,7% no VAB dos **Serviços** (compara com +2,3% no 4ºT2019 e com +2,4% no 1ºT2019), com a exceção das atividades financeiras e de seguros cujo VAB cresceu 0,6% no primeiro trimestre, resultou do decréscimo do VAB de todos os restantes ramos, com particular destaque para o decréscimo homólogo de 4,1% do VAB do Comércio, Alojamento e restauração, o qual já reflete o efeito da quebra no turismo em fevereiro e março, conforme mais à frente ilustraremos com informação complementar. O índice de volume de negócios do comércio a retalho registou uma variação homóloga de 2,2% no primeiro trimestre e o mesmo índice para o conjunto dos serviços (excluindo o comércio a retalho) registou uma variação homóloga de -3,9%.



O VAB da **Agricultura, silvicultura e pescas**, embora com algum abrandamento, registou um crescimento homólogo de 2,7% (compara com +4,1% no 4ºT2019 e com +2,4% no 1ºT2019).

E na **Construção** o crescimento do VAB desacelerou para 1,9% no primeiro trimestre (compara com variações homólogas de 4,3% no 4ºT2019 e de 9,8% no 1ºT2019).

Sobre a diversidade dos efeitos nos meses mais recentes da contração económica, nos diferentes setores de atividade, os vários indicadores conjunturais disponíveis evidenciam a continuidade de uma maior resiliência das atividades agrícolas e das pescas e também das atividades da Construção e, pelo contrário, uma grande exposição da Indústria e dos Serviços, nos quais as quebras são muito acentuadas.

No caso da Indústria, a redução homóloga mensal do índice do volume de negócios foi de -9%, em março, de -33% em abril e de -31% em maio.

A evolução é muito diferenciada nas diversas atividades de serviços, destacando-se os impactos na economia e no tecido empresarial das quebras no transporte aéreo, das quebras no alojamento e na restauração, das quebras no comércio de bens não alimentares e em particular dos bens duradouros, mas também das atividades culturais e artísticas, das atividades de saúde e cuidados pessoais, das atividades desportivas, das atividades de publicidade, das atividades de consultoria, entre muitas outras.

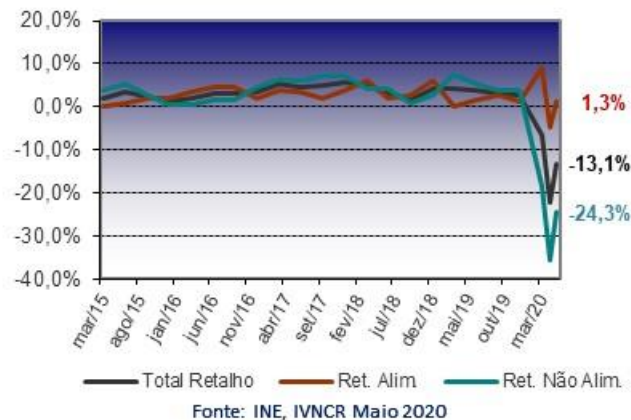
No comércio a retalho, as variações homólogas mensais do índice de volume de negócios (IVN) foram de -6,5% em março, de -22,2% em abril e de -13,1% em maio, traduzindo o imediatismo do efeito do confinamento, em março e em abril e depois, a partir de maio, o efeito do gradual desconfinamento das pessoas e atividades.

De notar ainda, os diferentes impactos, não só no comércio de bens alimentares (impactos mais ligeiros) versus não alimentares (quebras mais acentuadas), como as diferenças ao nível dos diferentes tipos de estabelecimentos (efeitos mais ligeiros nos estabelecimentos generalistas e quebras mais acentuadas nos estabelecimentos especializados).

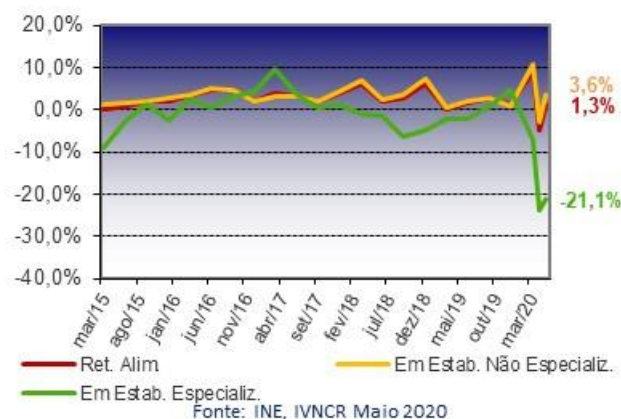
Com efeito apesar do IVN do comércio alimentar ter aumentado globalmente em maio 1,3%, esse aumento decorre do aumento de 3,6% no IVN do comércio alimentar em estabelecimentos não especializados, a par de uma redução de -21,1% no IVN do comércio alimentar em estabelecimentos especializados. Por outro lado, o IVN do comércio não alimentar excluindo o combustível teve uma quebra homóloga de -25,5% (foi de -20% em março e de -34,1% em abril).

No retalho não alimentar destaca-se o ramo dos Têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro, com um decréscimo no IVN de 69,7% (-60% em março e -87% em abril) e salienta-se a inversão em maio na evolução do IVN do retalho por correspondência, Internet e outros meios, com um decréscimo de -10% (+16% em março e +25,2% em abril). O IVN do retalho de combustível decresceu -20% em maio (-40% em abril).

Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa de var. homól. mensal

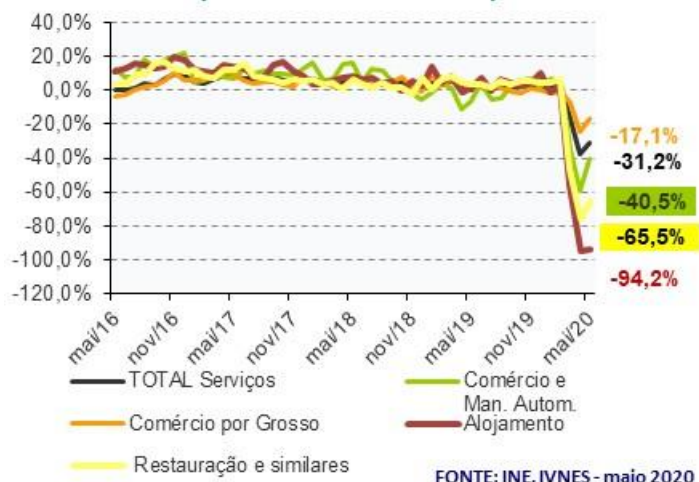


Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa de var. homól. mensal

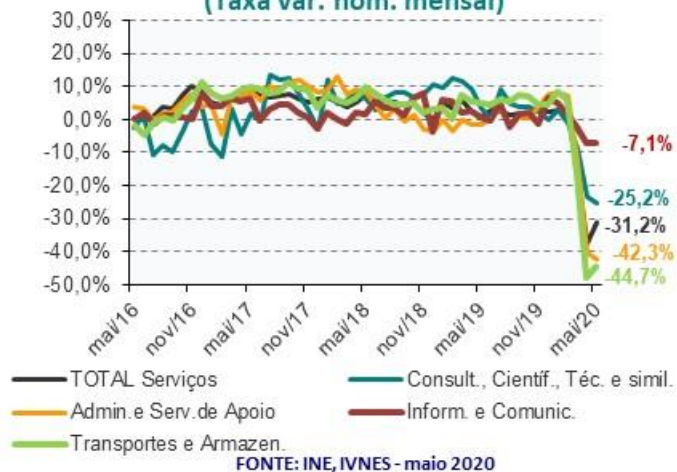


No conjunto dos Serviços (excluindo comércio a retalho), o índice de volume de negócios (IVN) registou um decréscimo homólogo em maio de -31,2%, com particular destaque para a descida de -94,2% no Alojamento, de -90,5% nas agências de viagem, de -84,7% no Transporte Aéreo, -65,5% na Restauração, de -44,7% na Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes, de -40,5% no comércio e manutenção automóvel e de -17,1% no comércio por grosso.

Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE (Taxa var. hom. mensal)



Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE - cont. (Taxa var. hom. mensal)



No Turismo, um dos sectores profundamente atingido pelas restrições à mobilidade das pessoas, é de assinalar as reduções no alojamento, com a queda homóloga em abril de -93% nas dormidas de residentes nos estabelecimentos de alojamento turístico, e de -85,6% em maio (segundo a estimativa rápida do INE), na descida de -98,6% nas dormidas de não residentes, em abril e de 98,1% em maio e no decréscimo homólogo de -98,3% nos respetivos proveitos totais de abril. Ainda segundo a estimativa rápida do INE, em maio cerca de 69,7% dos estabelecimentos de alojamento turístico terão estado encerrados ou não registaram movimento de hóspedes.

Mercado de Trabalho

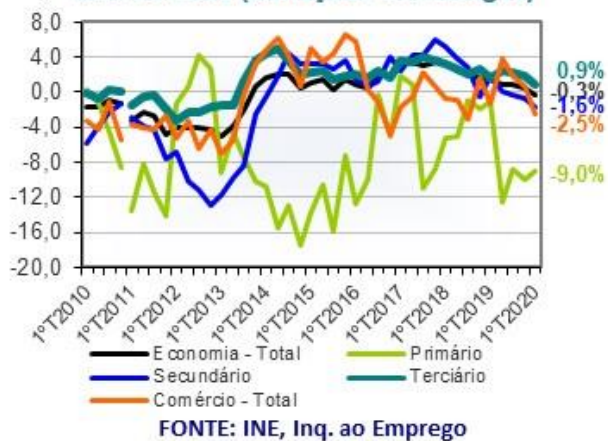
O mercado de trabalho, que já ao longo de 2019 se caracterizou por abrandamentos sucessivos no crescimento do emprego, acusou de imediato os efeitos da contração económica de março no contexto da pandemia, os quais se refletiram, embora ainda moderadamente, na variação homóloga de -0,3%, no total do emprego (compara com crescimento homólogo de 0,5% no último trimestre de 2019 e com +1,5% no 1º trimestre de 2019). Os efeitos no desemprego só seriam visíveis a partir de abril, como mais à frente faremos referência, pelo que o volume de desemprego no primeiro trimestre do ano ainda registou um decréscimo homólogo de 1,6%, bem como uma variação negativa de 1,2% face ao 4º trimestre de 2019, com a taxa de desemprego a manter-se inalterada em 6,7%. Contudo, a taxa de subutilização do trabalho¹ voltou a aumentar, para 12,9% (acima dos 12,5% do 4º trimestre de 2019, mas ainda abaixo dos 13,6% do 1º trimestre de 2019), impulsionada sobretudo pelo aumento do número de inativos disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram emprego (embora 6% abaixo do registado no trimestre homólogo, este grupo de inativos ficou 14,6% acima do nível do 4º trimestre de 2019).



¹ A que, medida em proporção da população ativa alargada, para além dos desempregados, tem em conta os inativos “desencorajados”, que estão disponíveis para trabalhar, mas não fazem diligências para encontrar trabalho, os inativos que procuram trabalho mas que estão indisponíveis, bem como os que trabalham a tempo parcial, mas pretendiam trabalhar mais tempo.

Ao nível do emprego no primeiro trimestre salientaram-se uma queda bastante mais acentuada no emprego da Construção (variação homóloga de -2,1%, face a -0,8% no trimestre anterior e +1,6% um ano antes) e da Indústria Transformadora (-1,8% face a -1,2% no 4ºT2019 e + 2,2% no 1ºT2019), a manutenção da queda do emprego no sector da agricultura, silvicultura e pesca em torno dos -9%, e uma desaceleração forte no ritmo de crescimento do emprego dos Serviços (+0,9%, contra +1,8% no trimestre anterior e +1,6% há um ano atrás).

Evolução do emprego nos principais sectores económicos (variações homólogas)



Atendendo às alterações profundas recentes do mercado de trabalho, decorrentes da crise económica associada ao surto de Covid19, iniciada em março, mas visível sobretudo a partir de abril, torna-se menos relevante detalhar mais a evolução das dinâmicas do emprego e do desemprego no primeiro trimestre, como é habitual nesta análise de periodicidade trimestral, pelo que se apresenta em alternativa uma breve caracterização das dinâmicas do mercado de trabalho, nos meses mais recentes, com base na evolução dos indicadores complementares disponíveis.

Com efeito, a quebra abrupta na atividade das empresas, decorrente do período de confinamento a que o Estado de Emergência (iniciado em março) veio obrigar a uma parte significativa do tecido empresarial, teve efeitos imediatos no mercado de trabalho. Por um lado, alterando a forma de trabalhar, colocando um conjunto muito alargado da população, sobretudo das áreas dos serviços, a desenvolver o seu trabalho remotamente a partir de casa, por outro, levando à redução do número de horas trabalhadas, seja pela redução das pessoas efetivamente a trabalhar, seja pela redução do período de trabalho, perante a menor atividade de muitas das empresas (resultante do encerramento obrigatório, ou da imposição de uma redução no horário do período de funcionamento ou ainda da menor procura de bens e serviços por parte duma população confinada). No mesmo sentido, também contribuíram as situações de necessidade excepcional de assistência à família, decorrente do encerramento dos estabelecimentos de ensino, bem como de serviços coletivos de assistência a utentes idosos. A criação e agilização de medidas públicas de proteção do emprego procuraram atenuar os efeitos negativos da contração económica no desemprego, e tiveram adesão por parte das empresas, conforme evidencia por exemplo o número de entidades empregadoras que requereram lay-off simplificado, que segundo o MTSS em 1 de julho, ascendiam a 114 304. Dessas, 22,2% tinham origem em atividades de comércio, 22,4% em atividades de alojamento e restauração, 10,1% em atividades da indústria transformadora e 7% em atividades de saúde humana e apoio social.

Entretanto, os efeitos mencionados têm vindo gradualmente a atenuar-se com o progressivo desconfinamento das atividades, mas saldando-se em alguns impactos ainda em curso, para os quais não dispomos ainda da informação que permita avaliar a sua extensão.

Apesar das medidas públicas de apoio à manutenção do emprego, das medidas de apoio à economia, e apesar da resiliência de muitas das empresas às quebras elevadas nas vendas, o contexto adverso em que nos encontramos, teve já um impacto muito significativo no aumento do número de desempregados.

O total do desemprego registado no IEFP, no final de maio ascendeu a 408 934 indivíduos, quando em fevereiro se situava em 315 562 indivíduos. Em termos regionais, o Algarve, com 27 675 desempregados, e depois de já ter superado nos meses anteriores os 28 000 desempregados, foi a região onde proporcionalmente ocorreu o aumento homólogo mais expressivo, associado à profunda quebra na atividade turística.

Segundo os índices de emprego, de horas trabalhadas e das remunerações do INE, em maio (face a maio de 2019), na indústria o índice de emprego teve um decréscimo homólogo de -3,3%, o índice das horas trabalhadas caiu -21,4% e o das remunerações diminuiu -6,3%; na construção o decréscimo foi de -2,4% no índice de emprego

e de -6,4% no índice de remunerações; no comércio a retalho o índice de emprego decresceu -3,1%, o índice de horas trabalhadas caiu -22,2% e o das remunerações decresceu -7,1%. Nos serviços os mesmos índices caíram -8,5% e -27,8% e -13,2%, respetivamente.

A recomendação de confinamento como forma de mitigar a propagação da pandemia teve ainda efeitos, conforme já referido, na forma da prestação de trabalho nos setores onde foi possível, por um lado, implementar o trabalho à distância, por outro, intensificar o recurso a ferramentas tecnológicas e informáticas de trabalho remoto, experiências que poderão vir a traduzir-se em reorganizações de processos mais duradouras no futuro. Segundo o Inquérito às empresas do INE/BdP (IREE-Convid19) na 2ª quinzena de junho cerca de 47% das empresas respondentes tinham pessoas em teletrabalho, em quase 20% a percentagem das pessoas em teletrabalho era inferior a 10% do total de pessoas da empresa, proporções que, como seria expectável, são diversas consoante a área de atividade das empresas (em quase 75% das empresas nas áreas da informação e comunicação tinham pessoas em teletrabalho, em quase 67% nas empresas dos outros serviços). Em apenas 13% das respondentes a percentagem de pessoas em teletrabalho era superior a 50% das pessoas da empresa (situação registada em cerca de 52% das empresas nas áreas da informação e comunicação, e em quase 32% nas empresas dos outros serviços). Cerca de 44% das empresas tinha pessoas com presença alternada nas instalações da empresa (situação verificada em 59% das empresas nas áreas da informação e comunicação e em 55% nas empresas dos outros serviços), sendo que em cerca de 8% das empresas a percentagem de pessoas com presença alternada nas instalações da empresa era superior a 50% das pessoas da empresa (situação registada em 11% das empresas nas áreas da informação e comunicação e em 9% nas empresas dos outros serviços).

Financiamento das empresas

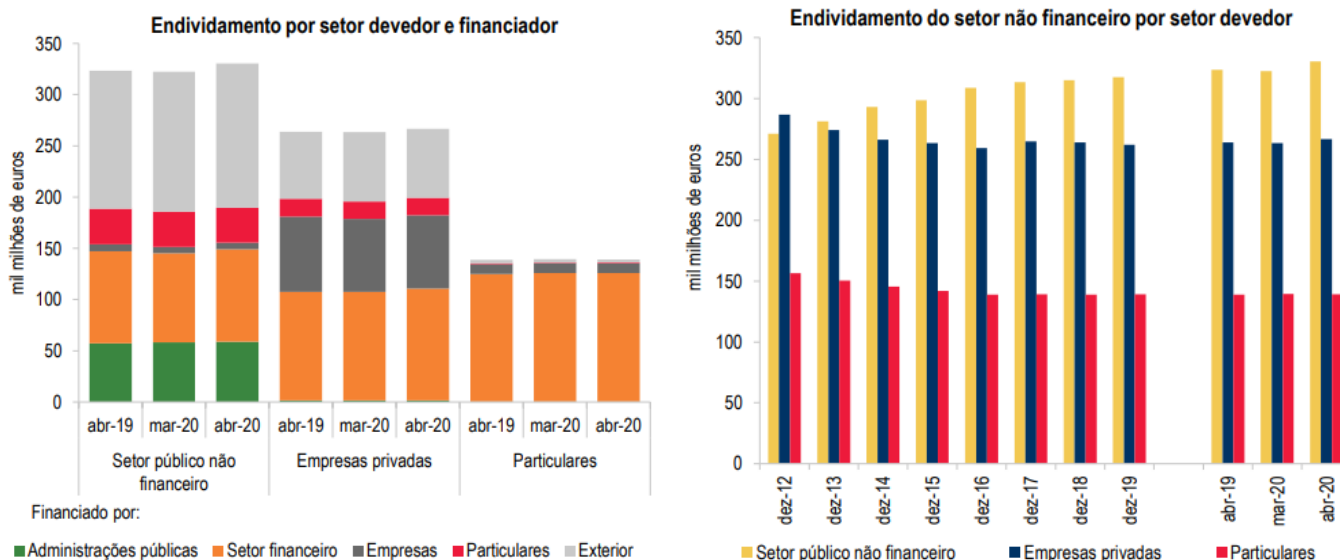
A crise económica associada ao surto do Covid19, ao gerar uma queda abrupta no volume de negócios das empresas na maioria dos setores de atividade, criou dificuldades enormes à gestão de tesouraria das empresas a par das necessidades acrescidas de liquidez e veio acentuar ainda mais os problemas financeiros do tecido empresarial português, aumentando as suas necessidades de financiamento.

Com vista a atenuar os efeitos negativos da contração económica iniciada em março no tecido empresarial, foram acionadas várias medidas de apoio às empresas, entre as quais a possibilidade de moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes, a possibilidade de adiamento do pagamento de obrigações fiscais e contributivas, bem como a agilização da concessão de crédito através de linhas de financiamento com garantia pública.

Assim, refletindo um maior acesso das empresas às linhas de financiamento entretanto criadas, depois de uma tendência descendente na evolução dos empréstimos às grandes, médias e pequenas empresas, apenas dela se excetuando as microempresas, os dados a partir de março evidenciam um crescimento nos empréstimos às empresas privadas, em todos os segmentos das PME.



No mesmo sentido observa-se por um lado um aumento do endividamento das empresas privadas junto do sector financeiro: o endividamento das sociedades não financeiras privadas junto do sector financeiro ascendia a cerca de 104 mil milhões de euros, em janeiro de 2020, ascendendo a 109,2 mil milhões de euros em abril (o valor mais elevado dos últimos 12 meses). Constata-se igualmente um aumento do endividamento total das empresas privadas, ao longo dos meses mais recentes do ano: a taxa de variação anual do endividamento total das empresas privadas foi de 2,6%, em abril, mais 2,0 pontos percentuais do que o registado no mês anterior.



Gráficos extraídos do Boletim Estatístico do Banco de Portugal de junho 2020 – A.20 – Endividamento do Setor Não Financeiro)

Segundo os resultados do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito de julho, do Banco de Portugal, os bancos portugueses que respondem ao inquérito reportaram que, no segundo trimestre de 2020, os critérios de concessão de crédito às empresas (tal como aos particulares) tornaram-se mais restritivos, especialmente nos empréstimos de longo prazo, face ao primeiro trimestre do ano. Segundo o relatório do inquérito “A contribuir para esta evolução terão estado a tolerância face aos riscos e a perceção de riscos associada à situação e perspectivas económicas gerais, à qualidade creditícia do mutuário e, ainda, os riscos associados às garantias exigidas, no caso do crédito a empresas. Correspondentemente, houve um aumento da restritividade nas garantias exigidas a empresas e no spread aplicado a empréstimos a PME de maior risco”.

Por outro lado, a procura de crédito aumentou fortemente no 2º trimestre do ano, por parte das empresas.

Em termos prospetivos, para o terceiro trimestre os bancos antecipam critérios mais restritivos, sobretudo no segmento das PME, antecipando um aumento da procura de crédito por parte das empresas.

Evolução das contas públicas

A execução orçamental das contas das administrações públicas (AP) no período de janeiro a maio de 2020, segundo os dados da DGO e segundo a ótica da contabilidade pública, traduzem-se por um défice orçamental de cerca de 3 203 milhões de euros. A execução das contas públicas, conforme expectável no contexto de crise que atravessamos com a pandemia do covid19, evidencia um substancial agravamento do saldo orçamental, de aproximadamente 2 550 milhões de euros face ao registado em igual período do ano anterior, resultado de uma diminuição da receita efetiva de -0,4%, a par de um crescimento significativo de 7,4% na despesa efetiva. O saldo primário ascendeu a 241,2 milhões de euros, também agravado em 2 742 milhões de euros, face ao período homólogo.

A redução homóloga da receita efetiva, de -0,4%, resultou, por um lado, de uma desaceleração na receita fiscal, com uma variação homóloga de apenas 0,3% (+2,9% face ao OE2020), para a qual contribuiu o aumento

homólogo de 22% (+3,1% face ao OE2020) nos impostos diretos, mais que compensando a redução homóloga de 8,7% (+2,7% face ao OE2020) nos impostos indiretos, para o qual a redução homóloga das receitas de IVA deu um forte contributo, ainda que acompanhado da redução da receita dos restantes impostos indiretos mais relevantes. Por outro, de um decréscimo homólogo de 5,9% (+12,4% face ao OE2020) nas Outras Receitas Correntes e de um aumento na receita de capital de 1,9% (+46% face ao OE2020).

O aumento na despesa efetiva resulta em particular do aumento da despesa com transferências correntes, de +9,7% (+2,6% face ao OE2020), correspondendo a um acréscimo de 1367 milhões de euros, sobretudo relacionado com despesa da segurança social com o conjunto de medidas extraordinárias de apoio às famílias e às empresas no contexto da pandemia (de cerca de 597 milhões de euros), com a despesa com pensões do regime geral (255,6 milhões de euros) e a carga da CGA (161 milhões de euros). Contribuiu ainda de forma significativa para o aumento da despesa efetiva o aumento homólogo de 12,2% (+6,8% face ao OE2020) na rubrica de despesa com Aquisição de bens e serviços (+559 milhões de euros), na qual cerca de 200 milhões de euros decorreu da compra de material de consumo clínico, medicamentos e equipamentos de proteção individual (EPI), para prevenção e tratamento da doença COVID19. É ainda de assinalar o acréscimo de 4,8% (+2,7% face ao OE2020) nas despesas com pessoal, associado aos encargos com a política de promoção salarial das AP.

Ainda do lado da despesa é também de destacar, no sentido favorável da execução das contas, o decréscimo homólogo de 5,3% (-2,9% face ao OE2020) observado na rubrica de juros e encargos, correspondendo a um decréscimo de cerca de 192 milhões de euros, decorrente tanto da redução dos juros suportados pelas Entidades Públicas Recllassificadas, como da redução dos encargos relativos à dívida direta do Estado.

No que diz respeito ao impacto das medidas adotadas no âmbito do Covid19, segundo a DGO, na ausência dessas medidas no período de janeiro a maio, a despesa efetiva teria aumentado 4,6% em vez de 7,4% e a receita efetiva teria crescido 2,3% em vez de se reduzir em 0,4%. Medidas que, até maio, no seu conjunto, representam do lado da despesa um acréscimo de cerca de 952 milhões de euros e, do lado da receita, cerca de 869 milhões de euros.

Do lado da despesa, destaca-se o montante envolvido na medida do lay-off simplificado, de cerca de 453 milhões de euros, seguido da despesa envolvida na saúde em EPI e medicamentos e ventiladores em cerca de 232 milhões de euros, no Apoio extraordinário à redução da atividade económica de cerca de 68 milhões de euros, no Apoio excecional à família, de cerca de 39 milhões de euros, no apoio ao Isolamento profilático em cerca de 22 milhões de euros, na Prorrogação do desemprego de cerca de 15 milhões de euros, no programa Adaptar de apoio às Empresas, de cerca de 10 milhões de euros e em outras medidas de apoio ao emprego, também de 10 milhões de euros.

Do lado da receita, as prorrogações das retenções na fonte, de IRS e IRC, representam cerca de 142 milhões de euros, a prorrogação do pagamento do IVA, representam aproximadamente 625 milhões de euros e a suspensão de execuções fiscais de receita fiscal foi estimada em quase 102 milhões de euros. Não foi divulgada informação sobre os montantes envolvidos na prorrogação das contribuições para a segurança social, nem na suspensão de execuções fiscais das contribuições sociais.

O agravamento do défice orçamental das AP, face ao executado em 2019, resultou dum agravamento do défice do Estado, em 1055 milhões de euros, de um menor excedente nas contas dos Serviços e Fundos Autónomos (saldo inferior em 391 milhões de euros) e de um menor excedente nas contas da Segurança Social (excedente inferior em 1189 milhões de euros), tendo tido apenas um contributo positivo atenuando muito ligeiramente o agravamento do saldo global das AP - a melhoria do excedente das contas da Administração regional e local (excedente superior em 86 milhões de euros).

Os pagamentos em atraso das entidades públicas, em maio de 2020 ascendiam a 389,3 milhões de euros, 468,5 milhões de euros abaixo do valor registado em 2019, com o maior contributo na redução dos pagamentos em atraso por parte dos Hospitais EPE (-499,4 milhões de euros). Em sentido inverso, da parte da Administração local verificou-se um aumento em quase 40 milhões de euros nos pagamentos em atraso.

Na ótica da Contabilidade Nacional, o saldo global das AP no ano terminado no 1º trimestre de 2020 voltou a ser deficitário em 226 milhões de euros, correspondendo a -0,1% do PIB (compara com um défice de -0,2% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2019), evidenciando um agravamento face à situação excedentária de 0,2% do PIB, no final do passado ano.

A dívida pública, na ótica de Maastricht, ascendeu no primeiro trimestre de 2020 a 120% do PIB (compara com 117,4% do PIB no 4º trimestre de 2019 e com 123,4% no 1º trimestre de 2019). A Dívida na ótica de Maastricht líquida de ativos, correspondeu a 110,8% do PIB, no 1º trimestre do corrente ano, e tem seguido desde fevereiro uma trajetória ascendente, totalizando 239 214 milhões de euros em maio último (face a 233 700 milhões de euros, em maio de 2019).

(Relatório concluído a partir da informação disponível até 10 de julho de 2020)

Economia Portuguesa

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

Indicadores	1º Trimestre 2020		1º Trimestre * 2019		
PIB (Produto Interno Bruto)	2.7		2.4	(1.8)	
VAB agricultura	4.0		0.2	(-1.9)	
VAB indústria e energia	-3.2		-0.7	(-0.9)	
VAB construção	1.9		9.8	(7.6)	
VAB serviços	-1.7		2.4	(2.0)	
Índices de Volume de Negócios	Trimestre terminado em:		Trimestre terminado em:		
- na Indústria	Mar 2020	Mai 2020	Mar 2019	Mai 2019	Mar 2019
	-3.8	-24.7	0.3	0.3	(0.5)
- no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel)	Mar 2020	Mai 2020	Mar 2019	Mai 2019	Mar 2019
	2.2	-13.9	4.6	5.0	(4.9)
- nos Serviços	Mar 2020	Mai 2020	Mar 2019	Mai 2019	Mar 2019
	-3.9	-28.3	4.8	3.0	(4.7)
Procura Interna	-1.1		3.7	(4.7)	
Investimento (FBC)	-2.5		11.4	(17.8)	
Consumo das Famílias	-1		2.5	(2.5)	
IPC	Mar 2020	Mai 2020	Mar 2019	Mai 2020	Dez 2018
- Variação homóloga (mensal)	0.05	-0.72	0.85	0.42	(0.85)
- Variação média dos últ. 12 meses	0.25	0.07	0.99	0.97	(0.99)
Exportações	-4.9		3.9	(3.4)	
- Bens	-2.7		3.5	(2.8)	
- Serviços	-9.6		4.7	(5.0)	
Importações	-2		7.1	(9.4)	
- Bens	-1.4		6.9	(9.7)	
- Serviços	-5.3		7.8	(7.0)	
Desemprego (Taxa de)	6,7%		6,8%	(6,8%)	
Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada)	Mar 2020	Mai 2020	Mar 2019	Mai 2019	Mar 2019
	2.10%	1.56%	2.29%	2.27%	2.29%

*Os valores entre parêntesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 1º trimestre de 2019, alguns deles entretanto revistos pelo INE.

– CONJUNTURA ECONÓMICA –

1º Trimestre 2020

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS DA

CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

**AV. DOM VASCO DA GAMA Nº 29
1449-032 LISBOA**